

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.110 - PR (2016/0084100-5)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : STOCO FERRAGENS LTDA
ADVOGADO : JUAREZ XAVIER KUSTER - PR008241
AGRAVADO : C. CARVALHO GOMES & CIA. LTDA.
ADVOGADOS : LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA LIMA - PR015805
RUBENS DE LIMA E OUTRO(S) - PR007828
THATIANE CABREIRA - PR037940

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO. DUPLICATAS EMITIDAS COM ACEITE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE AS MERCADORIAS NÃO FORAM ENTREGUES. CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO § 4º DO ART. 20 DO CPC/73. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não configura ofensa aos arts. 165 e 535 do CPC/73 o fato de o col. Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. A Corte de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que ficou comprovado o aceite no título sob exame e que o autor não se desincumbiu do ônus de comprovar que as mercadorias não foram entregues, sendo forçoso concluir a regularidade do título que embasa o presente feito executivo. Nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

3. A jurisprudência desta eg. Corte entende que, nas causas em que não haja condenação, os honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma equitativa pelo juiz, nos termos do § 4º do artigo 20 do CPC/73, não ficando adstrito o juiz aos limites percentuais estabelecidos no § 3º, mas aos critérios neste previstos.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator